

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura – 1.ª Sessão Legislativa

ATA NÚMERO DEZ

Aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, pelas catorze horas, na sala de reuniões número seis do Palácio de S. Bento reuniu a Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território (CAEOT), na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação das Atas n.ºs 8 e 9

2. **Iniciativas legislativas:**

Distribuição

- [PJL 179/XIV-BE](#) - Reduz o número e o volume de embalagens em produtos comerciais (Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro) - **Relator** cabe ao GP PSD

Pareceres

- [PJL 13/XIV-PCP](#) – Estrutura a orgânica e a forma de gestão das Áreas Protegidas - **Relator:** Dep. João Moura GP PSD
- [PJL 24/XIV-PEV](#) – Determina a elaboração pelo Governo de relatório anual sobre as assimetrias regionais em Portugal, prévia à apresentação do OE, com vista à sua apresentação à Assembleia da República - **Relator:** Dep. Ricardo Pinheiro GP PS
- [PJL 42/XIV-PEV](#) - Redução de resíduos de embalagens - **Relator:** Dep. Paulo Leitão GP PSD

3. **Projetos de Resolução**

Fixação Redação final

- [PJR 14/XIV-PEV](#) - Sobre as dragagens no estuário do Sado
- [PJR 139/XIV-PAN](#) - Recomenda ao Governo que cesse o incumprimento da Diretiva “Habitats” e que proceda à designação das Zonas Especiais de Conservação
- [PJR 164/XIV-PCP](#) - Recomenda ao Governo a adoção de medidas de proteção do Estuário do Sado

4. Apreciação e votação do **Parecer** sobre o Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Distribuição de Eletricidade 2019/2023 (PDIRD-E 2018) – **Relator:** Dep. Emídio Guerreiro (PSD).
5. Apreciação e votação do **Plano de Atividades** da Comissão.
6. Apreciação do **Relatório** da participação na COP25 da Comissão.
7. Outros assuntos.

- Presenças:

José Maria Cardoso (BE); Luís Graça (PS); Paulo Leitão (PSD); Alexandre Quintanilha (PS); Ana Passos (PS); Joana Bento (PS); Joana Lima (PS); Joaquim Barreto (PS); José Manuel Carpinteira (PS); Ricardo Pinheiro (PS); Bruno Coimbra (PSD); Hugo Daniel Carvalho (PSD); Hugo Patrício Oliveira (PSD); João Moura (PSD); Luís Leite Ramos (PSD); Rui Cristina (PSD); Nelson Peralta (BE); Alma Rivera (PCP); João Gonçalves Pereira (CDS/PP); André Silva (PAN); Mariana Silva (PEV); Joacine Katar Moreira (Ninsc)

- Suplentes:

Ana Maria Silva (PS); João Miguel Nicolau (PS); Miguel Matos (PS); Emídio Guerreiro (PSD); Filipa Roseta (PSD); Ofélia Ramos (PSD)

- Faltas:

André Pinotes Batista (PS); Hugo Pires (PS); Nuno Miguel Carvalho (PSD);

Esta reunião foi integralmente gravada e os respetivos registos encontram-se disponíveis para consulta na ar@net em Serviços – DRAA – Canal Parlamento, http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL1/COM/11_CAEOT/CAEOT_20200211.mp3 dando-se o seu conteúdo aqui por reproduzido, e fazendo parte integrante da presente Ata.

Aberta a reunião, o Senhor Presidente, **Deputado José Maria Cardoso (BE)** submeteu a apreciação e votação as atas n.ºs 8 e 9, tendo sido aprovadas por unanimidade.

No **ponto dois**, procedeu-se à distribuição do **[PJL 179/XIV-BE](#)** - *Reduz o número e o volume de embalagens em produtos comerciais (Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro)*, tendo sido designado relator o senhor **Deputado Bruno Coimbra (PSD)**

Seguidamente, o **senhor Presidente** deu a palavra ao senhor **Deputado João Moura (PSD)**, para apresentar o seu parecer sobre o **[PJL 13/XIV-PCP](#)** – *Estrutura a orgânica e a forma de gestão das Áreas Protegidas*, finda a qual foram as suas partes I e III submetidas a votação, tendo o parecer sido aprovado por unanimidade.

Os trabalhos prosseguiram com a apresentação do parecer sobre o [PJL 24/XIV-PEV](#) – *Determina a elaboração pelo Governo de relatório anual sobre as assimetrias regionais em Portugal, prévia à apresentação do OE, com vista à sua apresentação à Assembleia da República*, pelo Relator **Deputado Ricardo Pinheiro (PS)**.

O senhor Deputado explicitou que o relatório, da responsabilidade do Governo, se concretizava num diagnóstico sobre as desigualdades territoriais no país, tendo em conta critérios como a caracterização da oferta de serviços públicos de proximidade, a dimensão e tipo de atividade económica existente, as oportunidades de emprego, a oferta de transporte de passageiros e de mercadorias e o estado dos ecossistemas sensíveis; na avaliação do impacto das políticas públicas sobre a dimensão da coesão territorial, destacando a situação e a evolução nos territórios de baixa densidade; e, na indicação de políticas públicas e de necessidades de investimento para a promoção da coesão territorial.

Após a apresentação do parecer, referiu que o Grupo Parlamentar do PS concorda com a necessidade de serem introduzidos parâmetros de coesão territorial, tais como o índice de dependência demográfica, de densidade populacional, do ritmo de crescimento natural da população, do número de imigrantes residentes, bem como, o nível de escolaridade da população residente, o acesso da população a cuidados médicos básicos e a condições sanitárias mínimas como o acesso a água, luz, eletricidade, casa de banho e aquecimento e também a taxa de emprego e os diferentes níveis de remuneração entre as regiões.

Finda a intervenção do Relator e não se tendo registado inscrições para o debate do Parecer, foi o mesmo submetido a votação quanto aos seus considerandos (parte I) e conclusões (parte III), tendo sido aprovado por unanimidade.

Por fim procedeu-se à apresentação do parecer sobre o [PJL 42/XIV-PEV](#) - Redução de resíduos de embalagens, pelo Relator, o **Deputado Paulo Leitão (PSD)**, finda a qual foram as suas partes I e III submetidas a votação, tendo o parecer sido aprovado por unanimidade.

Entrando no ponto três da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente submeteu à consideração da Comissão a **Informação n.º 3/ DAPLEN/2020 de 16 de janeiro de 2020**, respeitante à proposta de redação final das resoluções relativas aos Projetos de Resolução n.ºs [14/XIV/1.a](#) — Sobre as dragagens no estuário do Sado; [139/XIV/1.a](#)— Recomenda ao Governo que cesse o incumprimento da Diretiva “Habitats” e que proceda à designação das Zonas Especiais de Conservação e [164/XIV/1.a](#) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de proteção do Estuário do Sado, tendo em vista a sua fixação.

Não tendo sido deduzida qualquer oposição às redações finais propostas para cada um dos Projetos de Resolução, o Senhor Presidente considerou fixada a sua redação.

No final, o Senhor **Deputado Nelson Peralta (BE)**, pediu a palavra para em nome do seu Grupo Parlamentar lamentar que o Grupo Parlamentar do PCP não tenha acompanhado os restantes projetos de resolução sobre as dragagens no estuário do Sado, nomeadamente o Projeto de Resolução n.º 46/XIV/1.ª (BE) - *Recomenda a suspensão das dragagens no Porto de Setúbal*.

Seguidamente, entrou-se no ponto quatro da ordem de trabalhos tendo o **senhor Presidente** dado a palavra ao senhor **Deputado Emídio Guerreiro (PSD)**, para apresentar o seu parecer sobre Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Distribuição de Eletricidade 2019/2023 (PDIRD-E 2018).

Relembrou que com a alteração introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para 2017, o artigo 41.º/5 do Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, passou a exigir que a aprovação do PDIRD pelo membro do Governo responsável pela área da energia, fosse precedida de uma discussão do Plano na Assembleia da República, após o cumprimento de um conjunto de procedimentos estabelecida no Decreto-Lei, nomeadamente, um parecer da ERSE e do operador da Rede Nacional de Transporte (RNT) e a sua submissão a consulta pública.

Esclareceu que esta alteração prende-se com o facto de a execução dos investimentos previstos no PDIRD-E terem impacto em todo o território nacional, e serem suportados pelos consumidores através das tarifas de eletricidade.

Neste contexto, entende o relator que para a Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território levar a cabo uma discussão séria e credível sobre o PDIRD-E para o período 2019-2023, se devia cingir à avaliação do cumprimento dos procedimentos delineados no Decreto-Lei, na medida em que os mesmos se destinam a assegurar a defesa dos consumidores. Foi neste sentido que elaborou o ponto III do parecer, merecendo destaque o facto de o Operador da Rede de Distribuição ter acolhido as recomendações e sugestões diversas que se encontram sistematizadas no Parecer da ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, na versão final do Plano agora em discussão, bem como o facto de os investimentos previstos permitirem melhorar as zonas mais mal servidas no país melhorando as condições de abastecimento, o aumento da resiliência das redes sujeitas a fenómenos climatéricos extremos, e a redução de assimetrias de qualidade de serviço das linhas em Média Tensão. Conclui, que nestes termos deve a Assembleia da República dar por finda a discussão do PDIRD-E para o período 2019-2023.

O Senhor **Deputado Ricardo Pinheiro (PS)** manifestou concordância com o parecer apresentado e pediu que ficasse registada a importância de a Comissão poder acompanhar e monitorizar a execução do PDIRD-E para o período 2019-2023, na medida em que o plano é revisto de dois em dois anos, mas é válido para um período de 5 anos, e a Assembleia da República é chamada a pronunciar-se sobre um planeamento com uma implementação a médio prazo. Para o efeito, considera

essencial que a comissão tenha acesso a informação sobre o número de projetos que entram no âmbito das energias renováveis e perceber qual o nível de execução em relação às metas do PNEC e PND 2050.

A observação mereceu a concordância dos restantes membros da Comissão, tendo o Senhor Presidente assegurado que assim ficaria registado.

O parecer foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

No ponto cinco da ordem de trabalhos, o Senhor presidente colocou à consideração da Comissão o seu Plano de Atividade, alertando para a sua extensão.

Os Senhores **Deputados Bruno Coimbra (PSD), Ricardo Pinheiro (PS), Nelson Peralta (BE), Alma Riveira (PCP), André Silva (PAN) e Mariana Silva (PEV)**, concordaram com a análise do Senhor Presidente e com a inviabilidade prática de o cumprir durante a 1.^a sessão legislativa, pelo que se impunha fazer escolhas.

Nesse sentido, foi o Senhor Presidente mandatado pelos membros da Comissão para delimitar o número de vistas a realizar em cada uma das categorias - visitas de longa, média e curta duração -, bem como o número de colóquios e seminários a realizar. Em função dessa delimitação os Grupos Parlamentares apresentariam as suas preferências, numa próxima reunião.

No ponto seis da ordem de trabalhos, foi submetido à apreciação dos senhores Deputados o relatório da participação da Comissão na 25.^a Sessão Anual da Conferência de Partes das Nações Unidas, realizada em Madrid entre os dias 2 e 13 de dezembro de 2019. A Comissão esteve representada por todos os Grupos Parlamentares nomeadamente, pelos senhores **Deputados José Manuel Carpinteira (PS); Bruno Coimbra (PSD); Alma Rivera (PCP); Assunção Cristas (CDS/PP), André Silva (PAN); Mariana Silva (PEV), Joacine Katar Moreira (Livre) e José Maria Cardoso (BE e Presidente da Comissão)** os quais afirmaram que o mesmo era factual e refletia inteiramente a participação da Comissão na Conferência.

Finalmente, no ponto dos outros assuntos, o Senhor Presidente da Comissão submeteu à consideração da Comissão a eventual manifestação de interesse em se associar a uma exposição ambiental e outros eventos relacionados com a matéria do ambiente, uma iniciativa da Equipa Ambiente e da Divisão Museológica e para a Cidadania, da Assembleia da República. Informou que os eventos irão decorrer em março em celebração do dia mundial da água (22 de março) e em Setembro por ocasião das Jornadas do Património, na Assembleia da República. À Comissão é solicitado, em particular, para se associar à exposição ambiental intitulada "Plásticos nos Oceanos", um trabalho artístico de Alexandre Esgaio desenvolvido com materiais



de plástico resgatados ao mar pelo próprio artista no dia 2 de março e, eventualmente, colaborar numa sessão de formação interna no dia 20 de março.

Os senhores Deputados manifestaram-se favoravelmente à proposta apresentada pelos serviços da Assembleia da República.

O Senhor Presidente informou ainda que a Comissão havia recebido o programa da reunião da Rede Parlamentar Global da OCDE, que irá decorrer nos próximos dias 24 a 26 de fevereiro, e na qual a Comissão tem vindo a participar com um Deputado sempre que do programa conste matéria de interesse para a Comissão, como é o caso, nomeadamente a energia.

A proposta mereceu concordância, tendo o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ficado em indicar o Deputado

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 15 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O Presidente da Comissão,

(José Maria Cardoso)

CA